

## O INSTITUTO FEDERAL DO ACRE: CAMINHOS PERCORRIDOS

### *THE FEDERAL INSTITUTE OF ACRE: PATHS TRAVELED*

**Luciene de Almeida Barros Pinheiro**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre - Ifac

luciene.pinheiro@ifac.edu.br

Mestrado Profissional em Ensino Tecnológico (IFAM)

#### RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar parte do resultado de um projeto de pesquisa, de pós-graduação stricto sensu, Mestrado Profissional em Ensino Tecnológico, do Instituto Federal do Amazonas, desenvolvido no período de dezembro de 2016 a outubro de 2017, no qual buscou-se analisar as contribuições de um processo formativo no desenvolvimento profissional de pedagogos do Instituto Federal do Acre. No sentido de conhecer o contexto de trabalho desses profissionais, realizamos um estudo documental e bibliográfico, de natureza qualitativa, com objetivo descrever o percurso histórico da educação profissional no Acre, com foco no processo de criação e implantação do Instituto Federal do Acre. Os dados da pesquisa foram analisados à luz de alguns autores, numa perspectiva crítico-reflexiva. A partir dos achados, verificou-se que, durante algum tempo, não tivemos no estado do Acre a oferta de uma educação profissional administrada por uma instituição federal de ensino. Tínhamos apenas o Sistema S e o governo do estado promovia a formação profissional da população acreana, que não alcançava todos os municípios. Com a criação e interiorização da rede federal no estado do Acre, a população passou a ter maior acesso aos diferentes níveis e modalidades de ensino. Entretanto, a concretização desse projeto de instituição não acontece por força de leis, mas com a participação dos sujeitos envolvidos. Portanto, não basta criar, expandir, interiorizar os institutos, é necessário que seja garantido condições mínimas para o funcionamento dessas instituições, bem como políticas públicas que contribuam para o acesso e permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade social.

**Palavras-chave:** educação profissional, Instituto Federal do Acre, história, percurso.

#### ABSTRACT

This work aims to present part of the result of a research project, stricto sensu graduate, Professional Master in Technological Education, federal institute of

Amazonas, developed from December 2016 to October 2017, in which we sought to analyze the contributions of a formative process in the professional development of pedagogues of the Federal Institute of Acre. In order to know the work context of these professionals, we conducted a documentary and bibliographic study, of qualitative nature, with the objective of describing the historical path of professional education in Acre, focusing on the process of creation and implementation of the Federal Institute of Acre. The research data were analyzed in the light of some authors, from a critical-reflexive perspective. From the findings, it was found that, for some time, we did not have in the state of Acre the offer of a professional education administered by a federal educational institution. We had only the S System and the state government promoted the professional training of the Acre population, which did not reach all municipalities. With the creation and internalization of the federal network in the state of Acre, the population began to have greater access to different levels and modalities of education. However, the implementation of this institution project does not happen by law, but with the participation of the subjects involved. Therefore, it is not enough to create, expand, internalize the institutes, it is necessary to guarantee minimum conditions for the functioning of these institutions, as well as public policies that contribute to the access and permanence of students in situations of social vulnerability.

**Keywords:** professional education, history, route.

## INTRODUÇÃO

Falar de educação profissional no Brasil nos remete a educação dos menos favorecidos, a formação de trabalhadores, a formação do saber fazer. A trajetória da educação profissional passou por vários momentos e contextos histórico, desde a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices em 1909 aos Institutos Federais, criados em 2008.

Nesse contexto centenário de educação profissional, várias leis foram instituídas, revogadas. Em cada momento, tempo e espaço, a sociedade requereu uma educação que atendesse aos seus interesses e necessidades, pois, historicamente, a humanidade sempre agiu a partir de uma necessidade e intencionalidade.

Assim, compreendemos que “por trás de toda formação de uma cidade e dos decretos governamentais existem as ações humanas, as contradições de classes e uma historicidade que precisa ser reconstruída (SOUZA, 2005, p. 44).

Com intuito de conhecer a história da educação profissional no Acre que buscamos neste estudo descrever o percurso histórico da educação profissional no Acre, com foco no processo de criação e implantação do Instituto Federal do Acre a partir da análise documental.

## O CAMINHO DA PESQUISA

Para a construção e desenvolvimento da pesquisa, partimos de um determinado contexto histórico e social que abrange o Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – Ifac. A partir dos dados coletados por meio da pesquisa documental, foi possível descrevermos um breve percurso histórico da educação profissional no Acre, com foco no processo de criação e implantação do Instituto Federal do Acre.

Para realização desse estudo, analisamos 05 Relatórios de Gestão (exercícios 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014) e o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2014-2018 e 2020-2024), bem como realizamos pesquisa bibliográfica, à luz de alguns autores como Alvarez (2014), Souza (2005) e Penereiro (2013), numa perspectiva crítico e reflexiva, que nos ajudaram a analisar o processo de criação e implantação do Ifac no Estado do Acre.

## ACRE: CONTEXTUALIZANDO ESTE LUGAR

O Acre é um dos 27 estados brasileiros. Ele é o 15º em extensão territorial, com uma superfície de 164.221,36 Km<sup>2</sup>, correspondente a 4,26% da Região Norte e a 1,92% do território nacional, fazendo fronteira internacional com Peru (O) e Bolívia (S) e por divisas estaduais com os estados do Amazonas (N) e Rondônia (L). O estado do Acre está situado num planalto com altitude média de 200 m, localizado no sudoeste da Região Norte. Possui uma população de 733.559 habitantes, distribuídos em 22 municípios, sendo as cidades mais populosas: Rio Branco (capital), Cruzeiro do Sul, Feijó, Tarauacá e Sena Madureira.

Politicamente, e para uma melhor administração, o Estado do Acre foi dividido em cinco regionais de desenvolvimento: Regional do Alto Acre (Xapuri, Brasiléia, Epitaciolândia e Assis Brasil); Regional do Baixo Acre (Acrelândia, Porto Acre, Plácido de Castro, Senador Guiomard, Capixaba, Rio Branco e Bujari); Regional do Purus (Sena Madureira, Manoel Urbano e Santa Rosa do Purus), Regional do Tarauacá/Envira (Feijó, Tarauacá e Jordão) e Regional do Juruá (Cruzeiro do Sul, Rodrigues Alves, Porto Walter e Marechal Thaumaturgo). A geografia do Acre é caracterizada pela densa floresta, que acolhe as aldeias indígenas, e pelos rios, que cortam toda a região.

O Acre não foi fruto de ações planejadas e intenções declaradas para seu desenvolvimento econômico e político, contudo foi construído por muitas histórias de luta! Único estado brasileira que lutou para ser brasileiro. Esse processo de luta começou no final do século XIX, com o início do Primeiro Surto da Borracha na Amazônia. Nesse período, o Acre ficou conhecido como terra que produzia borracha em sua floresta e que servia de matéria-prima para as indústrias dos Estados Unidos

e Inglaterra.

Até o início do século XX, o Acre pertencia à Bolívia. Todavia, as terras acreanas já eram ocupadas por povos indígenas e imigrantes brasileiros provenientes de outros estados, em sua grande maioria, cearenses que exploravam os seringais. Nesse processo de lutas contra as dominações e pelo domínio da região, surgiram vários embates entre brasileiros (seringueiros e seringalistas), indígenas e bolivianos.

Tantas foram as revoltas e conflitos entre Brasil e Bolívia, mas os conflitos armados só acabaram em 17 de novembro de 1903, quando o diplomata Barão do Rio Branco convenceu a Bolívia a vender o Acre através do Tratado de Petrópolis, assinado na cidade de Petrópolis (Rio de Janeiro). O território passou a pertencer ao Brasil em troca do pagamento de dois milhões de libras esterlinas, de terras de Mato Grosso e do acordo de construção da estrada de ferro Madeira Mamoré.

O Acre foi, então, integrado ao Brasil como território através do Decreto Legislativo de nº 1.181, de 25 de fevereiro de 1904, que autorizou o presidente Rodrigues Alves a administrar o Acre. Atendendo às disposições jurídicas do Tratado de Petrópolis, o presidente Rodrigues Alves sancionou a lei que criava o Território do Acre (1904), dividindo o Território em três departamentos: o do Alto Acre, o do Alto Purus e o do Alto Juruá, este último desmembrado para formar o do Alto Tarauacá em 1912 (SOUZA, 2005).

Desse período até a década de 60, o Acre passou por transformações políticas e administrativas que aconteceram de maneira conflituosa entre governo federal e os autonomistas acreanos<sup>14</sup>, já que estes lutavam pela autonomia política do Acre, e consideravam que havia um desinteresse por parte do governo federal pela sociedade acreana, pois muito se arrecadava com a exploração e a exportação da borracha, contudo, investia-se uma pequena parte na administração do território. Segundo Souza (2005), o Acre só tornou-se Estado quando começou a dar sinais de crise em sua economia maior, em 1962, quando o governo federal passou a demonstrar desinteresse pelo território, que dava sinais de decadência.

Então, o Território do Acre passou à categoria de Estado em 15 de junho de 1962, através da Lei nº 4.070, assinada pelo presidente João Goulart. No mesmo ano, foi eleito o primeiro governador do Acre, professor José Augusto de Araújo, que tomou posse em março de 1963 (SOUZA, 2005). Com o golpe militar ocorrido em 31 de março de 1964, temos um novo cenário político e econômico no Brasil, no qual nossas riquezas passaram a ser exploradas pelos países ricos. "Para a Amazônia, os militares fizeram planos para tornar a região capaz de ser explorada pelas grandes empresas estrangeiras. No Acre, os empresários implantaram fazendas em terras de vários seringais" (SOUZA, 2005, p. 97).

No Estado do Acre o modelo de ocupação e desenvolvimento estabelecido vem se realizando através de uma "frente agropecuária", que chegou tardiamente na década dos anos 70, próximo da crise econômica dos anos 80. Essa frente foi

continuidade do processo de ocupação que na época ocorria em Rondônia, iniciado em meados dos anos 60, com a implantação das rodovias BR-364 no trecho Porto Velho - Rio Branco e BR-317 ligando Labrea no Amazonas a Assis Brasil no Acre (IBGE/IPEA, 1990). Iniciou-se assim, o redirecionamento da ocupação do espaço econômico no Acre através da substituição gradual do extrativismo da borracha com a implantação da agropecuária, que estabelece no Acre a forma de apropriação e exploração econômica dos recursos naturais numa base produtiva fortemente concentrada na pecuária extensiva e na agricultura itinerante através do desmatamento (SCARCELLO; BIDONE, 2007, p. 2).

Nesta época, tivemos o aumento da ocupação de terras acreanas e o crescimento da criação de gado, contudo, não sendo favorável para o desenvolvimento da agricultura e geração de empregos. Boa parte da população que vivia no campo buscou na cidade melhores condições de vida, no entanto, o estado não oferecia condições financeiras para o desenvolvimento econômico por meio da educação e geração de empregos. Outros permaneceram nas colônias e seringais, lutando contra a destruição da floresta promovida pelos grandes fazendeiros. Daí, temos a luta pela preservação da floresta sendo viabilizada pela criação de reservas extrativistas<sup>15</sup>, sendo Chico Mendes um de seus maiores representantes (SOUZA, 2005).

Nos anos 90, com o processo de estabilização da moeda por meio do “Plano Real”, temos a retomada do crescimento econômico e do papel do Estado em lutar a favor do desenvolvimento nacional. Para isso, articulou-se desenvolvimento econômico com preservação e sustentabilidade ambiental, haja vista que a fronteira amazônica é considerada internacionalmente como grande unidade de conservação.

No Acre, esse cenário torna-se mais intenso com a eleição, para governador, de Jorge Viana, em 1998, representante do Partido dos Trabalhadores, que defendia o desenvolvimento do estado através de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável. Isto é explicitado por Peneireiro (2013), quando declara que:

Com a nova gestão do governo estadual pelo PT, que chega ao governo do estado em 1999, com o slogan “Governo da Floresta”, o Acre experimenta uma forte atuação do poder público em todo o seu território, com implementação de programas relacionados às áreas de saúde, educação, segurança, cultura, economia, meio ambiente. Os mecanismos de planejamento e os marcos regulatórios estaduais foram amplamente desenvolvidos no âmbito desse governo (PENEIREIRO, 2013, p. 34)

A sustentabilidade tornou-se a base da política de governo, bem como um tema que perpassava diferentes áreas de atuação desse governo e que contribuiu de maneira significativa para o desenvolvimento econômico do estado.

De acordo com Alvarez (2014), o Acre, na última década, passou por mudanças que possibilitaram melhorias nos índices de desenvolvimento, graças aos investimentos públicos e privados, elevando a taxa de crescimento econômico. Assim, conquistando credibilidade junto ao Governo Federal, bancos e organismos multilaterais de financiamento, contribuindo para reverter o quadro de estagnação econômica no qual vivia a população da região e permitindo investimentos em infraestrutura e modernização da gestão.

A melhoria da qualidade de vida, a ascensão social, a redução das desigualdades, a garantia dos direitos fundamentais e o combate à pobreza são bandeiras de luta do projeto de Desenvolvimento Sustentável do Estado. Assim, em dez anos, o Acre conseguiu tirar 113 mil pessoas da condição de pobreza e 57 mil da extrema pobreza (PPA, 2011, p. 24).

Apesar dos avanços alcançados na economia, com a geração de emprego e renda no estado do Acre, a Administração Pública permanece como pilar sustentador do PIB acreano. Nesse sentido, no que tange à empregabilidade, as expectativas para a população são restritas e incertas (ALVAREZ, 2014).

Considerando que a maioria absoluta dos postos de trabalho no Acre é gerada pela Administração Pública e, sendo este um “mercado” restrito para a empregabilidade, especialmente dada à Lei de Responsabilidade Fiscal, que limita gastos com contratação de servidores (além da própria configuração geográfica), a questão da educação para o trabalho requer um olhar ainda mais atento por parte dos formuladores da política de EPT. Esse momento de saturação da empregabilidade no serviço público, que historicamente tem sido o principal mantenedor da economia acreana, requer uma verdadeira engenharia de competências para diversificar as cadeias produtivas, revitalizando os sistemas comunitários e de produção (ALVAREZ, 2014, p. 77).

Conforme o exposto, percebemos a necessidade de uma política de educação profissional que atenda às demandas regionais e valorize a cultura local, promovendo uma formação humana, científica e tecnológica para o povo acreano. Assim, na perspectiva de desenvolver uma economia compatível com a política de desenvolvimento sustentável da região, adequando-a com vistas a criar base de competências suficiente para o desenvolvimento entre todos os municípios.

## **A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO ACRE**

O desenvolvimento de um estado não acontece de forma “mágica”, mas se dá num contexto histórico e social, construído por várias mãos e mentes. No Acre, isso não foi diferente. No que se refere a educação profissional, várias instituições colaboraram para o desenvolvimento socioeconômico do estado, formando profissionais qualificados para atuarem em diferentes setores. Entre

essas instituições, estão: o Sistema “S”, o Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional Dom Moacyr e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre - Ifac.

O Sistema “S”<sup>16</sup> é formado por onze organizações, entre as quais estão os serviços de aprendizagem que são responsáveis por realizar a formação profissional dos trabalhadores dos (e para) os setores produtivos. São eles: Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) – responsável pela educação profissional e aprendizagem industrial, além da prestação de serviços de assistência técnica e tecnológica às empresas industriais; Senac (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) – responsável pela educação profissional para trabalhadores do setor de comércio e serviços; Senar (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) – responsável pela educação profissional para trabalhadores rurais; SENAT (Serviço Nacional de Aprendizagem em Transportes) – responsável pela educação profissional para trabalhadores do setor de transportes (ALVAREZ, 2014).

O Senai - Departamento Regional do Acre- é uma entidade integrante do Sistema FIEAC<sup>17</sup>, de direito privado, sem fins lucrativos, criado, mantido e administrado pela indústria, com a finalidade de prestar serviços de educação profissional, tecnologia e inovação. Fez-se presente no Acre desde 18 de agosto de 1975, quando o Departamento Regional do Amazonas, com jurisdição no Estado do Acre, instalou em Rio Branco o primeiro centro de formação profissional, o qual se denomina Escola Senai Cel. Auton Furtado. A referida instituição tem atuado nas áreas de Eletroeletrônica, Mecânica Automotiva, Tecnologia da Informação, Alimentos e Bebidas, Confecção do Vestuário, Refrigeração e Climatização, Metalmeccânica, Gestão, Segurança do Trabalho e Logística.

A instituição tem, como missão, contribuir para a competitividade da indústria acreana, por meio da oferta de educação profissional, soluções de tecnologia e inovação. Para tanto, oferece cursos em diferentes níveis educacionais: aprendizagem industrial, capacitação, aperfeiçoamento, programas compensatórios, qualificação técnica, habilitação técnica de Nível Médio, especialização (vinculado ao nível técnico) e pós-graduação.

Hoje, o Senai/AC opera com três unidades fixas e uma unidade móvel, que são: I) CFP – Centro de Formação Profissional Cel. Aurton Furtado (Rio Branco); II) CETEMM – Centro de Tecnologia da Madeira e do Mobiliário (Rio Branco) - criado em 15 de maio de 1992. Em 29 de julho de 2016 passou a ser Instituto Senai de Madeira e Móveis Carlos Takashi Sasai; III) CFP Irmão Scheng – Unidade em Cruzeiro do Sul; IV) PAM-EP – Unidades Móveis.

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, Senar, criado pela Lei nº 8.315, de 23/12/91, é uma entidade de direito privado, paraestatal, mantida pela classe patronal rural, vinculada à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA e administrada por um Conselho Deliberativo tripartite. Este tem como missão,

realizar a Educação Profissional, a Assistência Técnica e as atividades de Promoção Social, contribuindo para um cenário de crescente desenvolvimento da produção sustentável, da competitividade e de avanços sociais no campo (ALVAREZ, 2014).

No Acre, o Senar vem atuando, desde 1994, na formação profissional rural e na promoção social dos trabalhadores rurais e da agroindústria. Dessa forma, contribuindo com sua profissionalização, integração na sociedade, melhoria da qualidade de vida e pleno exercício da cidadania. Mediante parcerias com outras instituições, o Senar tem oferecido diversos cursos: cursos em parceria com a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Acre –Fetacre, MTE, atendendo jovens entre 16 e 24 anos, participantes do Programa de Consórcio da Juventude para o 1º Emprego; cursos em parceria com o Governo do Estado, para formação profissional e promoção dos reeducandos das penitenciárias acreanas; cursos em parceria com a Fundação Exército Brasileiro, com ênfase nos direitos e deveres do cidadão para a formação do soldado-cidadão; cursos realizados entre Senar Administração Central e Regional, para alfabetização de jovens e adultos na zona rural (ALVAREZ, 2014).

No que se refere ao Senac, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, tem sua trajetória no estado do Acre desde 1977, sendo pioneiro na oferta de cursos profissionalizantes. Contudo, em nível nacional, foi criado em 10 de janeiro de 1946, pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), por meio do decreto-lei 8.621. No ano seguinte, o Senac passou a desenvolver um trabalho até então inovador no país: oferecer, em larga escala, educação profissional destinada à formação e preparação de trabalhadores para o comércio.

Como missão, o Senac proclama “Educar com excelência para o setor do Comércio de Bens, Serviços e Turismo contribuindo para o desenvolvimento sustentável do país” (RELATÓRIO DE GESTÃO, SENAC/ ACRE, 2015). Atualmente, possui cinco unidades de ensino: Centro de Educação Profissional de Rio Branco, Núcleo de Educação Profissional de Rio Branco, Núcleo de Educação Profissional de Cruzeiro do Sul, Núcleo de Educação Profissional de Feijó e Senac Móvel.

Na atual conjuntura da política nacional de EPT, o Sistema S retomou seu lugar de destaque, agora no centro do programa de maior evidência do Governo Federal, o PRONATEC. Desde a instituição do programa, o Sistema S foi incluído como ofertante e, no dia 1/04/2013, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC, vinculada ao Ministério da Educação, divulgou que destinará R\$ 405 milhões a entidades do “Sistema S” para realização de cursos no âmbito do PRONATEC. Pela portaria publicada no Diário Oficial da União, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) receberá R\$ 148,4 milhões; o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), R\$ 229,3 milhões; o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), R\$ 9,6 milhões; e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat), R\$ 17,7 milhões (ALVAREZ, 2014, p. 100).

Nos primórdios da educação profissional no Acre, observamos que o Sistema S contribuiu e tem contribuído para o desenvolvimento econômico do estado na formação e qualificação de trabalhadores para os diferentes setores da economia (indústria, comércio, serviços, atividades rurais, transporte), num processo de construção e reconstrução da própria história.

Cada instituição vem atuando de maneira delimitada, independente e com estrutura própria de funcionamento. Entretanto, apresentam algo em comum na missão proposta por cada instituição, que dialoga com a política de estado e tem sido bandeira de lutas e reivindicações internacionais, desenvolvimento econômico articulado com sustentabilidade ambiental.

Por décadas, não tivemos no estado do Acre a oferta de uma educação profissional administrada por uma instituição federal de ensino. Tínhamos apenas o Sistema S (no setor privado) e o governo do estado promovendo a formação inicial e continuada da população acreana por meio do Instituto Dom Moacyr, que não alcançava todos os municípios.

## **O INSTITUTO FEDERAL DO ACRE: CRIAÇÃO E EXPANSÃO**

O projeto de termos uma Instituição Federal de Educação profissional iniciou-se em 2006, com o projeto de Lei do executivo para criar uma Escola Técnica no Estado. Foi no dia 13 de novembro de 2007, pela Portaria 1.065, que o Ministério da Educação designou, ao então Centro Federal de Educação do Amazonas – Cefet-AM, a missão de implantar a Escola Técnica Federal do Acre.

Em Rio Branco, capital do Acre, no dia 28 de março de 2008, no auditório do Sebrae, aconteceu a primeira audiência pública que indicou a criação de uma Escola Federal na Capital e duas Unidades Avançadas, uma em Sena Madureira e outra em Cruzeiro do Sul. A doação dos terrenos para a instalação das três escolas foi efetivada naquele mesmo ano, o Cefet-AM licitou as obras. Porém, no dia 29 de dezembro de 2008, foi publicada a Lei 11.892 e a Escola Técnica que ainda estava no papel se transformou no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre20 – Ifac. E, somente um ano depois, no dia 17 de dezembro de 2009, é que foi nomeado o primeiro reitor pro tempore do Ifac.

Segundo o Relatório de Gestão do exercício de 2010, a gestão do Instituto Federal do Acre passou por várias mãos. Em 07 de janeiro de 2009 foi nomeado o servidor José Carlos Nunes de Mello para exercer a função de Reitor pro tempore do Ifac, conforme portaria Ministerial nº 19 de 08/01/2009. Com objetivo de oferecer uma educação profissional voltada ao desenvolvimento local e regional e dar maior organicidade ao processo de constituição do instituto foi construído o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2009-2013.

Em 17 de dezembro de 2009, o então Reitor pro-tempore José Carlos foi substituído pelo senhor Elias Vieira de Oliveira, através da Portaria Ministerial nº

1.192, de 17 de dezembro de 2009, publicada em 18/12/2009. No primeiro semestre do exercício de 2010, foram realizados cinco concursos públicos para admissão de docentes e servidores para o Ifac, que passou a vigorar com um quadro de 117 servidores (PDI/IFAC 2014-2018).

Nesse processo de admissão de servidores para o instituto, foram admitidos 9 (nove) pedagogos no Concurso Público (Edital nº 02/IFAC/2010) para provimento de vagas nos cargos da Carreira de Técnicos Administrativos em Educação, Nível E, objeto da Lei 11.091, de 12 de janeiro de 2005 e da Lei 11.784, de 22 de setembro de 2008, para o Quadro Permanente, nos Campi de Rio Branco/AC (02 vagas), Cruzeiro do Sul/AC (02 vagas) e Sena Madureira/AC (02 vagas), Campus Avançado de Xapuri (01 vaga) e Reitoria (02 vagas). Esses servidores tinham, como atribuição, implementar a execução, avaliar e coordenar a construção e reconstrução do projeto pedagógico com a equipe escolar; viabilizar o trabalho pedagógico coletivo e facilitar o processo comunicativo da comunidade escolar e de associações a ela vinculadas. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão; exercer outras atividades de acordo com legislações ou outras normas legais vigentes.

A instalação administrativa e a dos campi do Ifac ocorreram de forma provisória, em 2009, nas dependências da Universidade Federal do Acre (Ufac) e pelo Instituto Dom Moacyr, na capital e no interior em prédios cedidos pelas prefeituras municipais e pelo Governo do Acre nos municípios de Sena Madureira e Cruzeiro do Sul.

Até o primeiro semestre de 2010, o Ifac estava em processo de implantação no Estado do Acre, com a construção das instalações dos Campi. Foram implantados três Campi nas cidades de Rio Branco, Cruzeiro do Sul e Sena Madureira e um Campus Avançado na cidade de Xapuri. Até então, não havia ofertas de vagas.

As atividades acadêmicas do Ifac iniciaram-se no segundo semestre de 2010, funcionando com 03 campi (Rio Branco, Cruzeiro do Sul e Sena Madureira) Campi e 01 Campus avançado (Xapuri). Em 2010 o Ifac ofertou os seguintes cursos: Técnico em Controle Ambiental, Técnico em Segurança do Trabalho, Técnico em Meio Ambiente, Técnico em Agropecuária, Técnico em Agroecologia, Técnico em Manutenção e Suporte de Informática e Técnico em Cooperativismo. Nesse mesmo ano, para melhor atender às demandas socioeconômicas do estado do Acre e de criar novas metas que atendessem a população, o PDI foi reformulado, isso porque, no processo de sua elaboração, o Ifam esteve à frente desse trabalho, visto que, à época, o Ifac estava sob sua tutela.

Em 19 de novembro de 2010, o senhor Elias Vieira de Oliveira foi exonerado, e o professor Marcelo Minghelli foi nomeado Reitor pro tempore do Ifac, através da portaria Ministerial nº 1.337 de 19 de novembro de 2010, publicada em 22/11/2010. Nesse período, o número de docentes passou de 180 para 390 e o de técnicos de 77 para 211 profissionais, distribuídos em 3 Campus. No dia 22 de agosto, a presidente Dilma Rousseff anunciou a criação de mais uma unidade do Ifac, o Campus Tarauacá

(ALVAREZ, 2014).

De acordo com o Relatório de Gestão (IFAC, 2011), em 2011, mesmo sem contar com suas sedes próprias, o Ifac passou a ofertar um quantitativo de vagas bem maior se comparado ao ano anterior. De 400 (quatrocentos) alunos matriculados em 2010, passou-se para 1191 em 2011. Passou-se, ainda, da oferta de 09 (nove) para 22 (vinte e dois) cursos.

Apesar dos desafios enfrentados pela gestão do Ifac, com a falta de sedes próprias dos campi, observamos um esforço coletivo, de gestores e servidores, em ampliar a oferta de curso no Estado, contribuindo para o processo de interiorização e democratização do ensino público de qualidade. Isso fica explícito com o aumento de mais de 200% na oferta de novos cursos.

Com base no Relatório de Gestão (IFAC, 2012), o Reitor pro tempore, professor Marcelo Minghelli, foi exonerado em 20 de agosto de 2012, sendo substituído pelo professor Breno Carrillo Silveira. Apesar da rotatividade de Reitores pro tempore na gestão do instituto, vários trabalhos foram desenvolvidos, principalmente, com relação à expansão na rede federal no interior do estado. Nesse aspecto, o Ifac passou a contemplar (06) seis unidades, distribuídas em quatro municípios do Estado do Acre: o campus Rio Branco, o campus Avançado Xapuri, o campus Sena Madureira, o campus Cruzeiro do Sul, o campus Avançado Baixada do Sol em Rio Branco (fase inicial de implantação) e a Reitoria (localizada em Rio Branco), que é o órgão executivo ao qual compete a administração, a coordenação e a supervisão de todas as atividades da Autarquia. Nessa fase, toda organização e planejamento do Ifac encontrava-se disciplinado no seu Estatuto, aprovado por meio da Resolução CONSUP/IFAC nº 01, de 16/02/2012.

No mesmo ano, foi criada a “Reitoria Itinerante”, que visava estabelecer uma aproximação da Reitoria com os campi, no buscava-se estreitar laços de participação e colaboração para o desenvolvimento e crescimento do instituto como uma instituição de ensino de qualidade.

Em 2013, o Ifac passou a atuar em todas as Regionais do Acre: o Campus Rio Branco e Campus Xapuri, sendo que este obteve status de Campus mediante Portaria nº 330, de 23 de abril de 2013, funcionando em sede própria; Campus Sena Madureira, Campus Cruzeiro do Sul e Campus Avançado Baixada do Sol, em sede provisória. E foi implantado o Campus Tarauacá, funcionando em imóvel locado.

Com a implantação, desenvolvimento e interiorização da rede federal de Educação Profissional e Tecnológica no estado do Acre, a população passou a ter maior acesso a diferentes níveis de ensino, principalmente, no que se refere ao ensino profissional técnico, tecnológico e à formação inicial e continuada de trabalhadores, uma vez que oferta cursos técnicos (50% das vagas), em sua maioria na forma integrada com o ensino médio, licenciaturas (20% das vagas) e graduações tecnológicas, podendo, ainda, disponibilizar especializações, mestrados profissionais e doutorados voltados, principalmente, para a pesquisa aplicada de

inovação tecnológica. Vale ressaltar que essas conquistas não se deram de maneira linear, sem nenhum tipo de problema ou dificuldades, pois a organização e estrutura dos institutos é algo novo, que necessita ser conhecido, compreendido, tanto no que diz respeito à sua estrutura administrativa, quanto pedagógica e financeira.

Em 2014, o Ifac sofreu mudanças em toda sua equipe de gestão. Segundo o Relatório de Gestão do exercício 2014, no referido ano, especificamente no final do mês de abril, o Instituto Federal do Acre passou por um ajuste na gestão que culminou com a transição da então gestão do Reitor Pro tempore Breno Carrillo Silveira, exonerado em 24/04/2014, para a gestão da Reitora Pro tempore Rosana Cavalcante dos Santos, nomeada em 25/04/2014.

Observamos que a rotatividade de gestores Pro tempore contribuiu para o desenvolvimento e continuidade das metas estabelecidas no PDI, uma vez que a cada gestão tínhamos novas equipes e novos projetos a serem implementados e desenvolvidos. Portanto, tínhamos uma descontinuidade de ações planejadas e impladas.

Vários foram os desafios enfrentados pelos gestores, contudo, isso não se tornava um motivo de desânimo, pelo contrário, todos tinham o mesmo objetivo de fortalecer e consolidar o instituto como uma instituição de referência em educação profissional. Isso fica explícito com o processo de expansão do instituto no estado do Acre, os gestores viram a necessidade de contratação de mais servidores, dentre eles, o pedagogo. Nesse certame (edital nº 02/2014), foram ofertadas 12 (doze) vagas para pedagogos, sendo disponibilizadas da seguinte forma: Reitoria (02 vagas), campus Rio Branco (01 vaga), campus Avançado Baixada do Sol (01 vaga), campus EaD (01 vaga), campus Cruzeiro do Sul (01 vaga), campus Sena Madureira (01 vaga), campus Tarauacá (01 vaga) e campus Xapuri (01 vaga).

Para a nova Reitora pro tempore do Instituto Federal do Acre estava o desafio de construir e adequar os instrumentos normativos para o funcionamento do ensino, da pesquisa, da extensão, da pós-graduação, da administração, da gestão de pessoas e da assistência aos alunos, bem como de fiscalizar e dar andamento às obras estruturais dos campi de Sena Madureira, que ainda encontrava-se sob responsabilidade do Ifam, e Tarauacá, sob responsabilidade do Ifac.

O processo de expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica no Acre foi constituído até 2014 por 7 unidades, são elas: 1) Reitoria, com sede em Rio Branco; 2) Campus Rio Branco; 3) Campus Rio Branco Avançado Baixada do Sol; 4) Campus Xapuri; 5) Campus Sena Madureira; 6) Campus Tarauacá; 7) Campus Cruzeiro do Sul. Vale ressaltar que o instituto tinha planos de criar um campus em EaD, contudo, por questões orçamentárias, não foi possível sua efetivação. Hoje, essa modalidade de ensino funciona num formato de Diretoria Sistêmica.

Em 26 de novembro de 2015, após cinco anos de criação do Ifac, aconteceu, pela primeira vez, a eleição para Reitor e Diretores de campus, e participaram

desse processo eleitoral, por meio dos votos: docentes, alunos e servidores não docentes. Essa foi a primeira transmissão de cargo de Reitora eleita, já que, desde 2010, os quatro reitores nomeados pelo Ministério da Educação ocupavam a função como “Reitores pro tempore”, ou seja, temporariamente. A professora Dra. Rosana Cavalcante dos Santos, até então, Reitora pro tempore disputou e ganhou as eleições com a maioria dos votos.

O Decreto de nomeação da Reitora Rosana Cavalcante dos Santos foi publicado no Diário Oficial da União, no dia 13 de abril de 2016, sendo empossada no dia 15 de abril de 2016, em solenidade realizada no Ministério da Educação. Como vimos, o Ifac teve vários gestores e sua estrutura física e organizacional passou por vários momentos.

Em 2018, a professora Rosana Cavalcante dos Santos foi reeleita reitora do Instituto Federal do Acre. Atualmente, só a Reitoria e o campus Avançado Baixada do Sol não disponibilizam de um prédio próprio.

A figura a seguir mostra-nos o endereço atual da referida Reitoria, onde temos algumas Pró-Reitorias e o gabinete da Reitora. Ressaltamos que a Reitoria foi dividida em dois prédios diferentes, sendo denominados de: o prédio da Reitoria (onde fica o gabinete da Reitora e algumas Pró-Reitorias) e o prédio do Anexo da Reitoria (onde ficam localizada outras Pró-Reitorias e Diretorias), uma vez que o imóvel não comportava todas as Pró-Reitorias e Diretorias.

Figura 1 - Prédio da Reitoria



Fonte: Acervo da pesquisadora

Além dessas mudanças referentes ao endereço dos campi e da própria Reitoria, durante esses 5 (cinco) anos, o Ifac passou por alterações na organização

institucional a partir das necessidades advindas dos anseios da própria comunidade acadêmica e da realidade posta em cada momento da sua história, como também em virtude das diferentes visões que cada gestor (reitor) tinha da forma de conduzir e administrar o instituto.

Após primeira eleição para Reitor, tivemos novamente uma mudança na organização administrativa em 2016, na qual foi elaborado um novo organograma com a participação da comunidade (servidores docentes, não docentes e alunos), por meio de reuniões realizadas em cada campus e na Reitoria.

Nesse sentido, hoje, conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024 (PDI), o Ifac possui como órgãos executivos: 01 Reitoria – Gabinete da Reitoria; 05 Pró-Reitorias: Pró-Reitoria de Administração (Proad), Pró-Reitoria de Ensino (Proen), Pró-Reitoria de Extensão (Proex), Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (Prodin) e Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (Proinp); Diretorias Sistêmicas; e Diretorias Gerais dos campi. E, como órgãos colegiados e superiores são apresentados: o Conselho Superior e o Conselho de Dirigentes, como está previsto no próprio Estatuto do Ifac e no Art. 10, da Lei nº 11.892/2008, que diz: “A administração dos Institutos Federais terá como órgãos superiores o Colégio de Dirigentes e o Conselho Superior”.

Atualmente, o Ifac oferta diversos cursos em diferentes níveis e modalidades de ensino, entre eles estão os cursos de: Formação Inicial e Continuada de FIC, Técnicos de Nível Médio Integrado, Técnicos Subsequentes, Proeja e os superiores (Tecnológicos, Licenciaturas e Bacharelados).

Com base nessas exposições, podemos perceber que a educação profissional apresenta finalidades e concepções de acordo com o contexto histórico e social de cada época, ora sendo concebida numa perspectiva assistencialista e ora em diferentes perspectivas.

A partir das considerações apresentadas nesta seção, percebemos que a proposta de Educação Profissional e Tecnológica pensada para os institutos federais apresenta uma quebra de paradigma que busca superar a visão de educação vinculada ao mercado, ao individualismo e à competitividade, que marcam a sociedade contemporânea. Como também superar a visão assistencialista presente na concepção de educação profissional. Nesse sentido, os institutos nascem como proposta de democratização do ensino e valorização do trabalhador brasileiro e dos filhos deste. Assim, oportunizando uma educação que vai além do saber-fazer, mas que tem como objetivo a formação holística, omnilateral e política do trabalhador.

A concretização desse modelo de Educação Profissional e Tecnológica não é algo que acontece apenas com instituições de leis, decretos ou normas, mas a partir dos sujeitos que atuam e fazem a educação dentro do instituto.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho buscamos descrever o percurso histórico da educação profissional no Acre, com foco no processo de criação e implantação do Instituto Federal do Acre, apresentando um breve panorama histórico sobre o estado do Acre e o desenvolvimento da educação profissional neste lugar. Com base nisso, verificamos que, nos primórdios da educação profissional no Acre, o Sistema S contribuiu e tem contribuído para o desenvolvimento econômico do estado na formação e qualificação de trabalhadores para os diferentes setores da economia (indústria, comércio, serviços, atividades rurais, transporte).

Por décadas, não tivemos no estado do Acre a oferta de uma educação profissional administrada por uma instituição federal de ensino. Tínhamos apenas o Sistema S (no setor privado) e o governo do estado promovendo a formação inicial e continuada da população acreana por meio do Instituto Dom Moacyr, que não alcançava todos os municípios.

O projeto de termos uma Instituição Federal de Educação profissional no Acre iniciou-se em 2006, sendo concretizado com a Lei de Criação dos Institutos Federais, a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

A criação, implantação e expansão do Instituto no Estado do Acre foi sendo consolidado ao longo dos últimos 10 anos, sendo resultado do trabalho realizado por diferentes gestores e demais membros da comunidade acadêmica (docentes, alunos, técnicos, comunidade externa) por meio dos órgãos colegiados.

Muito foi feito, campus, laboratórios, quadras foram construídas; o processo de escolha dos gestores foi instituído, sendo cada gestor eleito de forma democrática por meio do processo eleitoral; os órgãos colegiados constituídos e regulamentados; normas institucionais foram criadas para regulamentar o ensino, a pesquisa e a extensão. Contudo, ainda há muito a fazer e a conquistar, na construção de uma cultura organizacional que contribuía cada vez mais para a oferta de um ensino de qualidade.

A história do Ifac tem sido construída por muitas mãos, por vários personagens e por muitas histórias. Esse caminho é apenas um início dessa história. História essa que o homem faz e que o transforma.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACRE. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre. **Relatório de gestão do exercício 2014**. Rio Branco, AC, 2015.

\_\_\_\_\_. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre. **Relatório de gestão do exercício 2013**. Rio Branco, AC, 2013.

\_\_\_\_\_. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre. **Relatório de gestão do exercício 2012**. Rio Branco, AC, 2013.

\_\_\_\_\_. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre. **Relatório de gestão do exercício 2011**. Rio Branco, AC, 2012.

\_\_\_\_\_. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre. **Relatório de gestão do exercício 2010**. Rio Branco, AC, 2010.

\_\_\_\_\_. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre. **Plano de Desenvolvimento Institucional/PDI 2014-2018**. Rio Branco, AC, 2014.

\_\_\_\_\_. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre. **Plano de Desenvolvimento Institucional/PDI 2020-2024**. Rio Branco, AC, 2014.

\_\_\_\_\_. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre. **Resolução CONSU/IFAC nº 01, de 16 de fevereiro de 2012**. Institui o Estatuto do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Acre. Rio Branco: IFAC, 2012.

ALVAREZ, Carmem Paola Torres. **Governança da educação profissional e tecnológica: uma análise do contexto da Amazônia Ocidental**. Brasília, 2014. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão da Educação Profissional e Tecnológica). Universidade de Brasília, UNB/DF. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/16963>. Acesso em: 28 nov. 2017

PENEIREIRO, Fabiana Mongeli. **Educação na contemporaneidade: nutrindo-se com a experiência da Escola da Floresta**. Acre–Brasil. 2013. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/14137>. Acesso em: 20 out. 2017

SCARCELLO, José Antonio; BIDONE, Edison Dausacker. Agropecuária e desmatamento no Acre no período 1975-2000. **ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ECOLÓGICA**, v. 7, 2007.

SOUZA, Carlos Alberto Alves de (Ed.). **História do Acre: novos tempos, nova abordagem**. Rio Branco, 2005.